

CLIPPING IMPRESSO

11/11/2022



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1 - 2
1.2. INSTITUCIONAL.....	3 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. INSTITUCIONAL.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ESMAM.....	7 - 8

Campanha Prioridade Absoluta apresenta resultados positivos do mês de outubro

PÁGINA 4

Campanha Prioridade Absoluta apresenta resultados positivos do mês de outubro

A terceira edição da Campanha “Prioridade Absoluta” do Poder Judiciário do Maranhão, com o tema “Toda criança tem o direito de conviver em família e em comunidade”, tem promovido uma força-tarefa para buscar soluções concretas para problemas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento em todo o Estado do Maranhão.

A campanha – desenvolvida pela Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ/TJMA), presidida pela desembargadora Sônia Amaral – conta com a participação de 34 comarcas, com competência na área protetiva e que possuem de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sendo responsáveis pelos processos que envolvem as 333 crianças e adolescentes que estavam sob a proteção do Estado, no início da campanha.

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Por meio da ação coletiva, as unidades judiciais que tratam de crianças e adolescentes em situação de acolhimento realizam, durante os meses de outubro e novembro, “Audiências Concentradas”, para cumprir com a obrigatoriedade da reavalia-



ção periódica da situação jurídica e social de cada criança e adolescente em acolhimento institucional.

Do dia 7 a 31 de outubro, foram programadas 34 audiências concentradas, sendo 19 concluídas efetivamente. Para o mês de novembro, 11 audiências concentradas foram marcadas, em sete comarcas, envolvendo 116 crianças e adolescentes.

Todos os procedimentos são acompanhados pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Provimento nº. 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça e a Portaria Conjunta nº 15/2022 do TJMA.

EXEMPLOS DE BONS RESULTADOS

A Comarca de Açailândia, sob o comando do juiz

da 2ª Vara de Família, Alessandro Arrais, inspecionou as instalações da única casa local de acolhimento e reavaliou a situação das 11 crianças abrigadas. Delas, quatro foram retornadas à família extensa.

Outro exemplo foi o trabalho realizado na 3ª Vara de Codó, dirigido pela juíza Flávia Barçante, que, em seis audiências, examinou as medidas protetivas de crianças e adolescentes que moram no “Abrigo Municipal”. A unidade também foi avaliada nos quesitos instalações e serviços oferecidos aos 13 menores acolhidos.

Já em Buriticupu, foram realizadas três audiências. Além da inspeção no abrigo “Filhos da Esperança”, o juiz Bruno Pinheiro avançou com os processos de

quatro crianças acolhidas, das quais, uma voltou à família extensa.

CAMPANHA SOLIDÁRIA

Além do trabalho processual, as comarcas ainda mergulham na Campanha Solidária Prioridade Absoluta, em parceria com o Grupo Mateus. Em todos os supermercados distribuídos pelo Estado, a população pode doar uma diversidade de itens, para reforçar os estoques dos abrigos, públicos ou não.

As caixas de coleta já estão nas lojas e os clientes podem colaborar com doações de brinquedos educativos, roupas, calçados, material escolar, fraldas descartáveis, materiais de higiene pessoal para bebês (sabonete, shampoo, condicionador, pomada para assadura, lenço umedecido, algodão, cotonete, etc.), materiais de higiene pessoal, material de limpeza (água sanitária, desinfetante, sabão em pó, sabão em barra, etc.) e alimentos não-percíveis (arroz, feijão, macarrão, leite em pó, açúcar, biscoito, etc.).

Também como parte da ação solidária, o Poder Judiciário fez a entrega de 70 travesseiros doados pelo Hotel Blue Tree a instituições que acolhem crianças e adolescentes.

TJMA recebe estudantes do curso de Direito

PÁGINA 4



TJMA recebe estudantes do curso de Direito

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta quarta-feira (9/11), alunos do terceiro e oitavo período do curso de Direito, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). O grupo foi recepcionado pelo diretor Judiciário do TJMA, Laércio Amaral, e teve a oportunidade de acompanhar a sessão do Órgão Especial e conhecer a estrutura e o funcionamento do Tribunal.

Os estudantes foram cumprimentados pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, durante a sessão do Órgão Especial.

A professora Tereza Helena Sales, que ministra as cadeiras de Direito Constitucional I (terceiro período) e Prática Constitucional (oitavo período) na UNDB, ressaltou que o intuito da visita foi possibilitar que os alunos conhecessem me-



lhor o funcionamento e a estrutura do TJMA, terceira Corte Estadual mais antiga do Brasil.

“O que eles aprendem na teoria sobre o Poder Judiciário e organização Judiciária, aqui, eles conseguem ver na prática. Por exemplo, como funcionam as sessões, como votam os desembargadores, coisas que a gente discute na sala de aula”, pontuou Te-

reza Helena, que também é assessora Jurídica da Presidência do TJMA.

O diretor Judiciário do TJMA, Laércio Amaral, apresentou as dependências do TJMA aos visitantes. Laércio conversou com os estudantes na sala onde se reúnem as Câmaras Cíveis e Criminais, finalizando o momento no Pleninho, última parada da visita.

“Nós esperamos que

vocês assumam o compromisso de servir à sociedade de fato”, disse Laércio Amaral aos futuros operadores do direito. “Nosso intuito é colaborar com o sonho de vocês, através dessa política de proximidade”, frisou.

A estudante de direito, Renata Aires, ressaltou a relevância da visita ao TJMA logo no terceiro período. “É importante termos esse primeiro contato com o Poder Judiciário. Participar da sessão do Órgão Especial foi um momento muito esclarecedor”, disse.

AGENDAMENTO

As coordenações de instituições de ensino superior, que desejarem agendar a visita de estudantes ao Tribunal de Justiça do Maranhão, devem entrar em contato com o setor da Diretoria Judiciária, pelo e-mail: dirjudiciaria@tjma.jus.br.

Bate Rebate

TJMA RECEBE ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta quarta-feira (9/11), alunos do terceiro e oitavo período do curso de Direito, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

(UNDB). O grupo foi recepcionado pelo diretor Judiciário do TJMA, Laercio Amaral, e teve a oportunidade de acompanhar a sessão do Órgão Especial e conhecer a estrutura e o funcionamento do Tribunal.

Os estudantes foram cumprimentados pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, durante a sessão do Órgão Especial.

A professora Tereza Helena Sales, que ministra as cadeiras de Direito Constitucional I (terceiro período) e Prática Constitucional (oitavo período) na UNDB, ressaltou que o intuito da visita foi possibilitar que os alunos conhecessem melhor o funcionamento e a estrutura do TJMA, terceira Corte Estadual mais antiga do Brasil.

Robotização de sentenças

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

- Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Criador do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Isaac Asimov, bioquímico e escritor da nacionalidade russa, radicado na América do Norte, professor na Universidade de Boston, publicou, em 1950, a primeira edição do clássico *Eu, Robô*. Em 10 esplêndidos contos, o livro relata a evolução do robô, até assumir o governo do planeta.

No Brasil, os primeiros robôs foram importados pela indústria automobilística, sob forte onda de protestos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A necessidade de se manter competitiva, em situação de manifesta inferioridade diante de fabricantes americanos, europeus e japoneses, que já se valiam de tecnologia mais avançada, a Volkswagen do Brasil foi a primeira indústria a trazer robôs, os quais seriam utilizados, ainda em caráter experimental, sobretudo em serviços insalubres como solda e pintura de veículos.

Incapaz de entender a necessidade de modernização, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo deflagrou campanha contra a robotização como se vê no livro *Imagens da luta — 1905-1985*, onde se lê à página 220: “Além das demissões e da recessão, outro desafio enfrentado foi o processo de automação na indústria automobilística e novas formas de gestão das empresas. Na Volks, a luta do Sindicato contra o CCQ (Círculo de Controle de Qualidade) foi importante e, também, passou a ser assumida pela Comissão de Fábrica, que tomava posse pela primeira vez. A primeira manifestação contra a robotização ocorreu em janeiro de 1982, na porta da Volks, onde os trabalhadores queriam ter controle sobre a implantação das novas tecnologias” (Edição do Sindicato, Aloízio Mercadante Oliva, 1987). Em 1982, a vanguarda do sindicalismo corporativo-fascista dava paradoxal e reacionária demonstração de atraso.

A história do desenvolvimento industrial e científico revela, todavia, ser insano e impossível criar obstáculos à marcha do progresso. A robotização industrial é fato. O país mais desenvolvido, neste terreno, é a Coreia do Sul. Seguem-se Suécia, Alemanha, Ja-

pão, Estados Unidos da América. O Brasil, como de hábito, caminha à retaguarda. Permanece nos últimos lugares da fila, sendo uma das razões determinantes da desindustrialização e perda de competitividade.

Indiferente às reações, a automação, a informatização, a robotização, avançam. Hoje estão presentes nos serviços públicos, na economia e na vida doméstica. O microcomputador, o tablet, o celular, o drone tornaram-se membros da família. Os setores financeiros, automotivos, jornalísticos, os transportes, as telecomunicações, a fotografia, assimilam com a velocidade da luz os avanços tecnológicos, embora provoquem a redução da força de trabalho.

O Poder Judiciário é o mais conservador dos Três Poderes. Com o conservadorismo que o caracteriza não consegue, porém, fugir à necessidade de modernização. A utilização de computadores facilitou a missão dos magistrados. O Processo Judicial Eletrônico (PJE) reduziu despesas com recursos humanos, papel e espaço. Audiências virtuais contribuíram para economia de tempo e dinheiro. Já se fala na utilização do robô e da inteligência artificial na prolação de sentenças. Conseguirá ser imparcial? A pergunta me leva ao padre Antônio Vieira. Alertou o jesuíta no Sermão da Segunda Domingo do Advento, pregado em 1650: “Primeiramente o juízo dos homens é mais temeroso do que o juízo de Deus; porque Deus julga como com o entendimento, os homens julgam com a vontade. Quando entre o entendimento de Deus e a vontade dos homens não houvera aquela infinita distância, bastava só a diferença que há entre vontade e entendimento, para ser grande a desigualdade destes juízos. Quem julga com o entendimento pode julgar bem e pode julgar mal; quem julga com a vontade nunca pode julgar bem” (Sermões, Lello Irmão, Portugal, 1959, vol. I, pág. 162).

O robô é máquina desprovida de personalidade e de vontade. Julgará a causa obediente às informações sobre lei e jurisprudência gravadas na memória. Poderá julgar bem e poderá julgar mal. O juiz que se deixa dominar pela vontade nunca poderá julgar bem. Vêm à memória palavras do ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal: “Não é errado nem ruim que juízes antes de decidirem (...) levem em conta a realidade social. Mas o populismo judicial é tão ruim quanto qualquer outro”. As transmissões pela televisão tornaram o Judiciário transparente. Os jurisdicionados sabem como são tomadas decisões. Algumas pelo entendimento; outras pela vontade, revelando o autoritarismo ou o populismo do magistrado.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com ♦ contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Cultura

Como uma programação animada e cheia de boas atrações, a Escola da Magistratura do Maranhão realiza a 15ª edição do projeto ESMAM Cultural, um evento já consolidado como espaço de cultura e arte do Judiciário maranhense. Com início às 18h, esta edição acontece na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), localizada no Calhau. As pulseiras de acesso podem ser adquiridas de forma antecipada, em troca de 1Kg de alimento não perecível, na sede da ESMAM. Na programação estão atrações consagradas, como o cantor Mano Borges, Comédia Pão com Ovo e Grupo Lamparina. Também tem espaço para profissionais do Judiciário apresentarem seus dotes artísticos na Galeria Pratas da Casa e na Mostra de Talentos

Debate sobre regularização fundiária é um dos focos do congresso do TJ-MA

Entram na pauta de discussão temas como o combate à violência contra a mulher e o sub-registro de nascimento

FOTOS: GILSON FERREIRA



O desembargador Paulo Velten exalta resolutividade já alcançada em regularização fundiária, combate ao sub-registro e proteção da mulher

LUCIENE VIEIRA

As ações na Justiça pela regularização da posse de terras maranhenses ganharam o foco do “Congresso Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais”. O evento foi promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), e aconteceu no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, nessa quinta-feira (10). A erradicação do sub-registro de nascimento e o combate à violência contra mulher, também foram temas discutidos pelo Sistema Judiciário. De acordo com o desembargador Paulo Velten, que é o presidente do TJ-MA, o Poder Judiciário atua como uma “espécie de agência regulatória”. Na área da regularização fundiária, o desembargador Paulo Velten citou o levantamento das áreas e o cadastramento dos moradores como possíveis soluções, que resultariam nas certidões registradas em cartório, que são atividades delegatárias do Poder Judiciário. “Regularização fundiária é um problema seríssimo das cidades

hoje, que adquiriram uma função social e que, portanto, têm que trabalhar na urbanização, na organização de espaço de moradia das pessoas. Isto pode ser feito com um trabalho integrado, em conjunto entre as diversas instituições de Justiça, e com o Poder Executivo, por meio da Regularização Fundiária Urbana (Reurb)”, destacou Velten. Reurb é o procedimento por meio do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas áreas urbanas. O juiz Douglas de Melo Martins declarou que nenhum órgão se sintia seguro demais para liderar a regularização fundiária, sem a participação de outras instituições. “As medidas jurídicas dependem, também, do Poder Legislativo. Medidas urbanísticas dependem do Município, porque os projetos de urbanização têm a ver com a ideia de cidade, que a administração municipal tem. E, também é necessária a participação dos órgãos ambientais, na proteção das margens de rios, e, por último, o aspecto social, com a participação dos órgãos que têm esta função de organização, na garantia da

assistência social”, informou Melo Martins.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

“Na área do combate à violência contra a mulher, nós podemos orientar como isto tem sido feito em parceria com diversos atores do sistema de Justiça, e do Poder Executivo, por meio da Segurança Pública. Temos que trabalhar pensando em exorcizar na sociedade esta cultura, que advém do machismo estrutural. Esta é uma pauta importantíssima, que num congresso como este, nós vamos discutir sabendo qual é o papel de cada um dos atores no Sistema de Justiça”, declarou o presidente do TJMA, o desembargador Paulo Velten. No campo de combate ao sub-registro de nascimento, segundo o desembargador, as melhorias poderiam surgir com a expansão das unidades interligadas, e a própria realização do registro tardio. “Podemos resolver isto, com um ‘pouquinho’ de esforço e empenho a mais, para eliminarmos esta chaga, que nos envergonha a todos, que é a de não assegurar o acesso à documentação básica”, frisou Velten. A defensora pública Elaine

Barros afirmou que a erradicação do sub-registro de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica são as principais pautas da Defensoria Pública do Estado (DPE), neste biênio de gestão. “Nós realizamos diversas parcerias, inclusive com o Tribunal de Justiça. Temos levado nossas unidades móveis: a carreta dos direitos, o ônibus e a van, para diversas localidades do Maranhão, a fim de cumprirmos com este nosso objetivo”, informou Elaine Barros. O Congresso Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais teve a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados. De acordo com o desembargador José Jorge Figueiredo, que é o presidente da Escola Superior da Magistratura (Esmam), o objetivo do evento foi reunir todos os operadores de Direito: desembargadores, juizes, promotores, procuradores de Justiça, advogados e defensores públicos. “Dentro deste conjunto de operadores de Direito, procuramos dar à sociedade respostas imediatas das demandas sociais”, destacou Figueiredo.